

# Bonat nega afastamento de procurador de outdoor da 'lava jato'

27/09/2023

Com a alegação de que não constatou alterações fáticas nas circunstâncias iniciais, o desembargador Luiz Antonio Bonat, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), negou um pedido liminar do Ministério Público Federal para o afastamento e a perda dos vencimentos do procurador Diogo Castor de Mattos — punido pelo Conselho Nacional do Ministério Público por participar da instalação de um *outdoor* em homenagem à "lava jato" em Curitiba.

Reprodução



O *outdoor* foi instalado em Curitiba, a mando do procurador, em 2019Reprodução

Antes de se tornar desembargador, Bonat foi juiz da 13ª Vara Federal da capital paranaense e julgou processos da "lava jato". Ele sucedeu o ex-juiz Sergio Moro (hoje senador pelo União-PR), tendo ocupado o cargo de titular entre fevereiro de 2019 e junho do ano passado.

## Histórico

A ação foi ajuizada em julho de 2022, após o *trânsito em julgado* da decisão do CNMP. O MPF busca a perda definitiva do cargo do procurador, já que a penalidade administrativa não é suficiente para isso (a Constituição exige sentença judicial transitada em julgado).

No último mês de julho, a 1ª Vara Federal de Curitiba negou o pedido liminar de afastamento do réu até o julgamento do mérito. Na ocasião, a juíza Thais Sampaio da Silva Machado apontou que o próprio MPF, quando acionou a Justiça, posicionou-se de forma contrária ao afastamento e à perda da remuneração.

"O juiz não atua de ofício a determinar o afastamento ali previsto, devendo este ser ao menos requerido", afirmou a magistrada. "Do contrário, sequer seria necessária a decisão judicial." Segundo Thais, o MPF, ao mudar de ideia, não indicou qualquer alteração no cenário do caso.

A juíza também entendeu que a permanência de Castor no cargo não comprometia a continuidade da ação. Ela não viu risco de reiteração da conduta e disse que o afastamento prejudicaria o próprio MPF, pois o procurador "tem cumprido adequadamente suas atribuições funcionais".

## Fundamentos

O MPF, então, recorreu ao TRF-4, mas Bonat manteve os argumentos de Thais. "Entendo que não há a demonstração de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, que exija a concessão da liminar recursal", assinalou ele.

Nathan D'Ornelas/TRF-4



Antes de chegar ao TRF-4, Bonat foi o juiz responsável por processos da "lava jato" Nathan D'Ornelas/TRF-4

O desembargador não constatou "perigo na demora da decisão". Ele ressaltou que o pedido de afastamento foi feito praticamente um ano após o ajuizamento da ação, "o que por si só demonstra a ausência de urgência".

Para o relator, o MPF só poderia modificar seu posicionamento sobre o afastamento se indicasse "alteração fática capaz de invalidar os argumentos apresentados na inicial".

#### **Publicitário da 'lava jato'**

O CNMP decidiu pela demissão de Castor em outubro do último ano, no julgamento de um processo administrativo disciplinar (PAD) [instaurado em 2020](#).

O procurador fazia parte da finada "lava jato". Ele [virou alvo](#) do PAD por [pagar pela instalação](#) do painel em uma via de acesso ao Aeroporto Afonso Pena, na região metropolitana de Curitiba, em março de 2019.

O *outdoor* exibia fotos de nove procuradores e a seguinte frase: "Bem-vindo à República de Curitiba. Terra da Operação Lava Jato, a investigação que mudou o país. Aqui a lei se cumpre. 17 de março — 5 anos de Operação Lava Jato — O Brasil Agradece". Castor [se desligou](#) da força-tarefa após o episódio vir à tona.

Quando decidiram pela demissão, os conselheiros do CNMP entenderam que o procurador violou seus deveres funcionais, devido ao ato de improbidade administrativa que comprometeu a dignidade do próprio Ministério Público.

#### **Clique [aqui](#) para ler a decisão**

**Processo 5028622-49.2023.4.04.0000**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-set-27/bonat-nega-afastar-procurador-outdoor-lava-jato/>